



O Evangelho Capitalista Segundo Seus Críticos: análise sobre O Novo Espírito do Capitalismo a partir de Saramago e da Crítica da Economia Política

Marlon de Oliveira Xavier¹

Resumo

A partir da ideia de senso comum, trabalhada por José Saramago, e do conceito de espírito do capitalismo, renovado por Boltanski e Chiapello, este artigo busca refletir criticamente sobre as contribuições dos autores weberianos para a compreensão dos novos fenômenos do capitalismo, apontando as colaborações que melhor abordam as problemáticas atuais. Serão abordados quatro elementos estruturais levantados pelos autores: a padronização do pensamento, a nova estrutura social, o arrefecimento e a incorporação da crítica, e a estrutura empresarial. Esses elementos serão contrapostos a reflexões marxistas sobre ideologia, acumulação flexível, movimento de crítica e organização do trabalho, com o intuito de fornecer um lastro para a possível conexão e incorporação do trabalho de Boltanski e Chiapello pelos pesquisadores marxistas.

Palavras-chave: Novo Espírito do Capitalismo, ideologia, estrutura empresarial, acumulação flexível, organização do trabalho.

El evangelio capitalista según sus críticos: análisis de El nuevo espíritu del capitalismo desde Saramago y la crítica de la economía política

Resumen

A partir de la idea de sentido común, trabajada por José Saramago, y el concepto de espíritu del capitalismo, renovado por Boltanski y Chiapello, este artículo busca reflexionar críticamente sobre los aportes de los autores weberianos a la comprensión de los nuevos fenómenos del capitalismo, señalando las colaboraciones que mejor abordan los temas de actualidad. Se abordarán cuatro elementos estructurales planteados por los autores: la estandarización del pensamiento, la nueva estructura social, el enfriamiento e incorporación de la crítica y la estructura empresarial. Estos elementos se contrastarán con reflexiones marxistas sobre ideología, acumulación flexible, movimiento de la crítica y organización del trabajo, con el objetivo de proporcionar una base para la posible conexión e incorporación del trabajo de Boltanski y Chiapello por parte de investigadores marxistas.

Palabras-clave: Nuevo Espíritu del Capitalismo, ideología, estructura empresarial, acumulación flexible, organización del trabajo.

¹ Doutorando em Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); bolsista CAPES/Fundação Araucária; membro do grupo Campo, Cidade e Revolução (CCR IELA/UFSC) e do Centro de Investigações em Economia Política, Movimentos Populares e Direito Insurgente na América Latina (CIEMPre InSUR PPGD/UFPR). E mail: marlon.xavier.arquivo@gmail.com

The Capitalist Gospel According to Its Critics: analysis of The New Spirit of Capitalism from Saramago and the Critique of Political Economy

Abstract

Based on the idea of common sense, worked on by José Saramago, and the concept of the spirit of capitalism, renewed by Boltanski and Chiapello, this article seeks to critically reflect on the contributions of Weberian authors to understanding the new phenomena of capitalism, pointing out the collaborations that best address current issues. Four structural elements raised by the authors will be addressed: the standardization of thought, the new social structure, the cooling and incorporation of criticism, and the business structure. These elements will be contrasted with Marxist reflections on ideology, flexible accumulation, movement of criticism and organization of work, with the aim of providing a basis for the possible connection and incorporation of Boltanski and Chiapello's work by Marxist researchers.

Key words: New Spirit of Capitalism, ideology, business structure, flexible accumulation, work organization.

O senso comum é um poder estranho, uma complexidade social que pode ser entendida como uma força e uma expressão. Uma força se for ativa, se (ou quando) engendrar nos indivíduos ideias e comportamentos novos. Uma expressão, se for apenas uma representação de ideias e comportamentos gerais, comuns e repetitivos. De um lado é a ideia que atua sobre os homens, de outro, o real que se espelha na mente dos indivíduos. Quando idealizamos uma forma de pensar e de agir em determinada sociedade, é o senso comum que observamos, sendo este identificado com o termo que for, ideologia, discurso, ideal, inconsciente ou pensamento coletivo, mas sempre extrapolando em direção a uma sociabilidade real.

Em *O Homem Duplicado* (2002), José Saramago nos apresenta o senso comum para dizer o óbvio, o inevitável, mas também o obscuro. Isso pois toda a gente sabe do senso comum, mas costuma ignorar suas palavras, mesmo que viva sob elas. É assim que todo senso comum é inovador - Quem julgas tu que inventou a roda (Saramago, 2002, p. 58) -, apesar de conservador e até reacionário. Do mesmo modo responde Karl Marx quando questionado sobre seu gênio, afirmando ser apenas uma síntese do seu tempo, resultado da história até ali, fruto do senso comum, com a única diferença de ter podido identificá-lo. Seríamos todos, portanto, frutos do senso comum, sobre o qual atuamos e sob o qual agimos, reproduzindo e repetindo, com poucas alterações, o passado recente, mas cujo acúmulo de micro decisões e “deslocamentos” cria um senso comum, sempre novo e sempre conservador?

Ora, nosso senso comum costuma nos dizer que a repetição cria o real, expressão transcrita na famosa frase de Goebbels: "Uma mentira dita mil vezes torna-se verdade". É

nessa contradição entre o que funda o quê, que construímos esta reflexão. Este trabalho pretende refletir sobre as considerações feitas por Luc Boltanski e Ève Chiapello em seu livro *O Novo Espírito do Capitalismo*, no qual os autores buscam atualizar a compreensão sobre a cultura que movimenta os indivíduos no capitalismo, contida na expressão Espírito - considerada pretensiosa inclusive por Max Weber (1987, p. 29).

Nosso objetivo é comparar o exemplo francês, bem delimitado pelos autores em questão, com o espírito que penetra na sociedade brasileira ao menos desde o início da década de 1990, de concepção neoliberal - ou ultraliberal. Discutindo os elementos que compõem as estruturas do pensar, do agir e do ser na sociedade contemporânea, buscamos questionar os novos paradigmas, estudados por Boltanski e Chiapello, fazendo inserções com base em duas concepções de confronto: a crítica da economia política e a teoria marxista da ideologia.

A padronização e o espírito

Continuamos com a literatura de Saramago para edificar os paralelos com o percurso teórico de Boltanski e Chiapello. No já citado *O Homem Duplicado*, o autor português vencedor do Nobel nos leva a acompanhar um homem que encontra vestígios da existência de um duplo, de outro homem idêntico a ele até nos mínimos detalhes. O homem, Tertuliano Máximo Afonso, é um professor de história, reside em uma grande metrópole europeia com milhões de habitantes, e passa pela obsessão e pela crise de não mais se reconhecer como um indivíduo, como um sujeito único em um mundo de repetições. Mas esse “desencanto” é, na verdade, uma constante na vida de Tertuliano, que já sente sua humanidade descaracterizada no dia a dia pela generalidade de suas ações. O cotidiano, uma mesmice eterna de generalidades e padrões, é a verdadeira jaula de aço que define o professor não como um homem, mas como um prisioneiro.

Mas o que colocou Tertuliano Máximo Afonso na gaiola que ocupa? Essa gaiola que impõe uma vida padronizada de ir de casa para a escola em seu automóvel, e retornar pelas mesmas autoestradas? Seriam escolhas de Tertuliano? Seriam escolhas de outrem? Seriam elementos fora de sua alçada? De acordo com Saramago, sim e não. Como a voz do senso comum responde ao protagonista, as escolhas são feitas, mas seguem o padrão de escolhas determinadas que se confluem na rede de relações que os indivíduos mantêm entre si. Com o aparecimento de seu duplo, sua cópia igual, Tertuliano faz a pergunta central: sendo absolutamente iguais, seria possível a vida de um se repetir na vida do outro? As escolhas seriam iguais? O padrão seria o mesmo? E se sim, o que definiria esse padrão?

Sarcasticamente para um professor de história, conhecê-la não o impede de repetí-la.

As respostas nos conectam a Weber, Boltanski e Chiapello.

No clássico *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber indica a cultura protestante, originada na ruptura luterana com a igreja católica e nas doutrinas calvinistas, como elemento essencial na formação do sistema capitalista, haja vista que a ruptura ética com o voto de pobreza, que indica o surgimento de uma moral voltada para a prosperidade, incentivava a acumulação de riquezas e permitia a ascensão da burguesia. De um certo modo, o autor vê na vocação católica pela pobreza, pelo martírio e pela ascensão *post mortem*, junto de sua condenação à usura, um obstáculo ao desenvolvimento do mercantilismo e do capitalismo.

Constituíam-se uma nova interpretação da fé, que abominava o ganho sem esforço por abominar o perigo de relaxamento, mas elevava o ganho pelo trabalho e tornava este a própria finalidade da vida (Weber, 1987, p. 113). Essa nova fé via no sucesso da vida pessoal a expressão da bênção divina, e no êxito dos negócios um sinal da “eleição baseada na vida levada asceticamente” (Freund, 2010, p. 151). O ascetismo se resumia na dedicação exclusiva ao próprio desenvolvimento econômico, concomitante à abdição dos prazeres materiais. E assim, “A ênfase do significado ascético de uma vocação fixa propiciou uma justificação ética para a moderna divisão do trabalho. Da mesma forma, a interpretação providencial da probabilidade de lucros propiciou-a para os homens de negócios” (Weber, 1987, p. 117).

De certo que essa não é a única razão para o desenvolvimento do capitalismo, podendo até ser caracterizada como uma expressão utópica da realização do capital, ou como o chama Marx ironicamente, de “A assim chamada acumulação primitiva”. Mas a questão não é como e se surgiram homens de negócio antes do capitalismo, mas o fato de no capitalismo haverem homens de negócio. Independe se o comportamento moral e a ética ascética foram responsáveis pela formação do capitalista, ou se foram as constantes expropriações de camponeses de suas terras, pois o capitalismo foi e ainda é acompanhado por sua expressão no mundo das ideias, seu espírito ou sua ideologia. E se de um lado serviu para formar a classe dominante, os homens de negócios, donos de fábrica, diretores de bancos, de outro condicionou a forma dos operários se apresentarem às fábricas, dos comerciantes lidarem com negócios, dos Estados desenvolverem suas políticas econômicas.

É com base nessa lógica que Boltanski e Chiapello desenvolveram sua análise contemporânea acerca do novo espírito do capitalismo. Para os autores, houve uma considerável mudança nesse espírito desde o surgimento do sistema capitalista, pensando seu ponto fundamental na revolução industrial, até o momento atual, caracterizado pela lógica que

chamamos de neoliberal. Para os autores, a crítica cumpre papel essencial nessa transformação, que gera uma resposta do sistema como um todo, através de seus pensadores, no sentido de incorporar a crítica e gerar modificações estruturais - atuando como injunções à acumulação -, ou produzir justificações potentes o suficiente para serem assimilados pelos indivíduos.

Compreendendo que o sistema capitalista é formado, essencialmente, por dois tipos de atores, os capitalistas, principais “responsáveis pela acumulação e pelo crescimento do capital, aqueles que exercem pressão diretamente sobre as empresas para que estas produzam lucros máximos” (Boltanski e Chiapello, 2020, p. 37), e os trabalhadores assalariados, “uma parte da população que não possui capital ou o possui em pequena quantidade, para a qual o sistema não é naturalmente orientado, extrai rendimentos da venda de sua força de trabalho (e não da venda dos produtos de seu trabalho), pois não dispõe de meios de produção e, para trabalhar, depende das decisões daqueles que os possuem” (Boltanski e Chiapello, 2020, p. 37), os autores franceses ressaltam o fato de que há, na relação com o trabalho livre, uma “certa parcela de submissão voluntária” (Boltanski e Chiapello, 2020, p. 38), uma autogestão.

Para Marx, essa autogestão compreende uma transformação caracterizadora do modo de produção capitalista: a passagem da subsunção formal do trabalho ao capital para a subsunção real. Essa subsunção real é expressa na desnecessidade de uma coerção física sobre os trabalhadores para que estes se apresentem no mercado de trabalho. A coerção, aqui, é substituída pelo direito e pela auto-organização dos trabalhadores, os quais passam a se apresentar voluntariamente para a venda de sua força de trabalho. Para que essa venda fosse possível, foi necessário destituir grande parcela da população de qualquer meio de produção e de qualquer propriedade, em especial a terra, de onde poderiam tirar sua subsistência e viver autonomamente. A expropriação da classe trabalhadora é, assim, a criação de uma dependência direta entre as duas classes que se formavam naquele momento, o proletariado e a burguesia.

Dessa nova estrutura, que implicava uma liberação formal e uma dependência real, surge também uma nova necessidade, a de estimular a nova postura de vendedor da força de trabalho. Se a adesão inicial se deu pela força (a expropriação das terras, as leis contra vadiagem, a exclusividade das atividades industriais), aos poucos precisou ser aprimorada e refinada, “para que seja vencida a hostilidade ou a indiferença desses atores” (Boltanski e Chiapello, 2020, p. 39), para que haja engajamento pessoal e seja estimulada a adesão ativa, iniciativas e sacrifícios. Essa “ideologia que justifica o engajamento no capitalismo” é o que Boltanski e Chiapello chamam de espírito do capitalismo, ou seja, é o “conjunto de crenças

associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela” (Boltanski e Chiapello, 2020, p. 42).

Os distintos espíritos do capitalismo

Na base desse espírito encontram-se três pilares justificativos fundamentais, “progresso material, eficácia e eficiência na satisfação das necessidades, modo de organização social favorável ao exercício das liberdades econômicas e compatível com regimes políticos liberais” (Boltanski e Chiapello, 2020, p. 45), mas os elementos que o compõem se alteram ao longo do tempo, acompanhando a evolução das formas de administração e controle do trabalho, as ideias políticas e econômicas e os conflitos que movimentam a crítica. Esses distintos elementos comporiam, assim, diferentes espíritos do capitalismo.

O primeiro espírito do capitalismo, aquele indicado por Weber, está associado à figura clássica do burguês, uma representação do velho Scrooge, descrita por Charles Dickens (2003) como um homem de ambição e avarizia tamanhas que prefere ignorar sua família na noite de Natal para trabalhar mais e fazer crescer sua fortuna. Expressão do ascetismo que transcendia seu aspecto espiritual e invadia a vida comum em seus aspectos cotidianos. Essa figura já demonstrava os interesses de crescimento, mas se concentrava em um período de capitalismo familiar, sem as aspirações de gigantismo que o período seguinte - essencialmente imperialista do final dos 1800 - criou.

O segundo espírito, segundo nossos autores principais, “se organiza em torno da figura central do diretor e dos executivos” das grandes empresas, nas quais a burocracia é a pedra angular de seu funcionamento, consideradas sob o termo da administração. Ocorria uma desvinculação da ideia de empresa familiar, apesar de subsistir um certo sentimento de responsabilidade do diretor com seus empregados, como se a empresa invadisse o âmbito pessoal dos trabalhadores e se estabelecesse como meio de sociabilidade. Nesse período, as indústrias construíam vilas operárias para manter os trabalhadores próximos à fábrica, produzindo um senso de continuidade entre os dois espaços, apenas limitado pela sirene de jornada, mas expandia a disciplina para os locais públicos, com a administração dessas pequenas comunidades. O exemplo maior é do próprio Henri Ford, que ao se confrontar com a crise de superprodução de 1929, tentou solucioná-la sozinho, aumentando o salário de seus

empregados para estimulá-los a comprar os produtos em estoque e reativar o mercado². Seu isolamento gerou apenas um déficit nas contas da empresa, mas a ideia inspirou as políticas keynesianas postas a cabo pelo Estado - um capitalista muito maior que Ford.

O terceiro espírito do capitalismo se definiria em torno da ruptura com o modernismo, com a estrutura fordista-taylorista da produção e com a ideia de centralização produtiva. Oriunda da integração regional de unidades de produção e posteriormente sua expansão, juntamente com a evolução dos meios de comunicação e transporte, a nova visão do mundo corporativo abandona os homens de terno em prol de um mundo globalizado, integrado, impessoal e volitivo. O central passa a ser a transfiguração do modelo empresarial de administração burocrática e sistemas produtivos concentrados em um sistema produtivo em rede, descentralizado, compartimentalizado e de funcionamento calculado. Essa mudança se dá a partir da década de 1960, tornando-se preponderante na década de 1990.

Então, como num passe de mágica, os laços anteriores são rompidos, as estruturas de garantia são desmanteladas e os próprios sistemas de solidariedade são solapados, mas ainda é preciso continuar trabalhando. Como continuar, contudo, com o mesmo empenho, com a mesma dedicação, se todas as perspectivas de futuro, que seguiam a lógica anterior, desmoronaram? Não há como. Mas é possível alterar as perspectivas de futuro e mudar de lógica. Urgem novos valores, nova identidade: mais que isso, são necessárias novas justificações e incentivos.

De fato, cada mudança estrutural do capital precisa se apresentar como necessária, produzir novos valores que a justifique e estimule os indivíduos para sua aceitação e participação. Em outras palavras, “para conseguir engajar as pessoas indispensáveis à busca da acumulação, o capitalismo devia incorporar um espírito capaz de oferecer perspectivas sedutoras e estimulantes de vida, oferecendo ao mesmo tempo garantias de segurança e razões morais para se fazer o que se faz” (Boltanski e Chiapello, 2020, p. 58). Por outro lado, e retomando Louis Dumont, os autores indicam que há sempre uma dualidade de enfrentamento da coisa nova, a oposição/questionamento e a atração/sedução, e nesse “processo de sedução-resistência-busca de autojustificação... nascem novas representações de composição” (Boltanski e Chiapello, 2020, p. 54), uma relação entre a crítica e a aceitação.

E é, na verdade, a crítica o motor mais importante para a transformação do espírito do capitalismo, na concepção de Boltanski e Chiapello. Tanto em sua forma interna (a autocrítica), quanto em sua forma externa (a denúncia).

² Cf. Harvey, 2008 e 2012).

A crítica

A construção dessa perspectiva ética, de uma moral a se seguir no processo de acumulação, e também de trabalho, é fundamental, mas cada justificação também implica em uma injunção, em um limitador à própria sana acumulativa. Se no primeiro espírito o justo era ser rico pelo trabalho, era injusta toda forma de riqueza histórica, tornando a nobreza a inimiga principal e a riqueza nobiliárquica injusta e imoral. No segundo espírito do capitalismo eram valorizadas a dedicação e a lealdade, pintando de injustas as demissões e o individualismo exacerbado. Ou seja, a crítica interna - a autocrítica - atua em ambos os sentidos, no refinamento das justificações e no engajamento de seus atores, mas também na autocensura e na eliminação das práticas não conformes ao atual espírito.

A denúncia, por outro lado, é a crítica externa, vinda dos principais concorrentes ao processo de acumulação em voga. Os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos sociais, os movimentos estudantis: em sua luta por reivindicações, direciona a crítica ao sistema e suas estruturas, baseando-se, sempre, em uma concepção de justiça. A partir dessa concepção, que também se metamorfoza ao longo do tempo, são criticadas as formas de exploração, as ausências de garantias, as contradições políticas e culturais, as relações de opressão, as quais formam, por sua vez, reivindicações materiais que pressionam as estruturas empresariais. Ao capitalismo se apresentam, assim, duas posições ou reações perante a crítica: a edificação de um sistema de justificações que contrapõe as denúncias, ou a incorporação de parcela da crítica, a qual resulta em certas alterações internas e efetivação de reivindicações pontuais. Uma efetiva amortização da crítica.

A crítica gera, portanto, alguns efeitos sobre o espírito do capitalismo, servindo para deslegitimar o espírito anterior, reforçar as justificações necessárias ao funcionamento do sistema, promover a incorporação de parte da crítica e de suas reivindicações, ou a alteração de mecanismos com o intuito de eludir as exigências, tergiversando a crítica e produzindo certa desordem e confusão que esconde a manutenção dos elementos de fundo. Claro que nem toda transformação se dá em termos absolutos ou mesmo sensíveis ao primeiro plano, podendo ir se modificando aos poucos, a partir de microdeslocamentos que desviam localmente de críticas determinadas, como correções pontuais, fornecendo um espaço maior de atuação e enfraquecendo a crítica. A soma de tantos microdeslocamentos acaba por produzir alterações consideráveis, sensíveis a longo prazo.

Os elementos observados por Luc Boltanski e Ève Chiapello nas décadas de 1980 e

1990 apontavam, porém, para o arrefecimento da crítica. Os autores viram como houve um forte movimento crítico na Europa do pós-guerra, principalmente capitaneado pelo movimento de maio de 1968, quando houve a conjunção de críticas estéticas e críticas sociais, que juntas movimentaram as estruturas do sistema capitalista (e seu espírito), produzindo nova lógica e criando novas reivindicações. Entretanto, o ambiente político europeu, o solapamento de certas organizações e a incorporação da crítica acabaram por desmobilizar grande parte do movimento crítico, somando-se a isso a própria atuação do espírito empresarial que se alterava.

Os autores explicam que em toda crítica existem dois momentos, o da indignação e o da construção/reflexão teórica. No primeiro, a experiência negativa, individual ou coletiva, própria ou de outrem, produz um impulso emotivo, que demanda uma persecução crítica em sua oposição. No segundo, é preciso construir um respaldo teórico que dê amplitude e produza instrumentos (as armas da crítica) para mobilizar e produzir consequências reais. No marxismo, enquanto movimento político, essa relação se constrói a partir da mediação entre o singular da violência sofrida e o universal, que é a articulação teórica com as demandas da coletividade, dando amplitude social às demandas individuais ou locais.

Daí deriva, também, a diferenciação entre a crítica estética e a crítica social. Para nossos autores, a crítica estética tem origem no modo de vida boêmio e se enraíza em uma intelectualidade artística, que encontra em oposições morais e na imposição de um modo de vida padronizado e mercantilizado seus objetos de reflexão. A perda de sentido e o aprisionamento da vontade são críticas essenciais, que vão se direcionar, com o tempo, ao caráter autoritário do ambiente fabril e empresarial, se opondo ao caráter controlador e hierárquico desses espaços.

Por outro lado, os autores apontam a crítica social como de inspiração socialista e marxista, referindo-se principalmente ao egoísmo da sociedade burguesa e à miséria das classes populares. Segundo eles, o respaldo é essencialmente moral e de inspiração cristã. Apesar de funcionar na lógica dos escritos, tais considerações são contraditórias quando contrapostas ao desenvolvimento da teoria marxista ao longo do último século, tendo em vista esta se construir em torno de uma indignação coletiva, oriunda da estrutura competitiva e excludente da sociedade de classes, e não de uma indignação moral, proveniente de valores idealizados. Além de que a desvinculação entre a crítica estética e a crítica social é mais observada nas teorias pós-estruturalistas que nas teorias marxistas, já que as demandas populares, fonte principal da crítica marxista, não fazem tal distinção.

De fato, os autores franceses que acompanhamos até aqui não se esforçaram para

apresentaram um quadro coerente em relação ao marxismo, incorrendo em diversos erros que, aos leitores menos preparados, passam batido, como quando atribuem à teoria marxista a “separação entre os aspectos econômicos do tecido social e sua construção em domínio autônomo” (Boltanski e Chiapello, 2020, p. 44), sendo que a crítica da economia política se forma justamente em oposição à perspectiva que fragmentava a sociedade e as ciências. Para o marxismo, em termos gerais e quase absolutos, a economia como ciência obscurece as relações sociais e endossa uma falsa divisão, entre economia e política, e ainda mais, desvincula a exploração do trabalho (caráter “econômico”) e a dominação (em âmbito político) da realidade social (a unidade). Uma leitura rápida de *O Capital* já demonstraria seu foco nas relações sociais para além da fragmentação economia-política. Ou quando reduzem conceitos tradicionais, como de ideologia, que passou por 200 anos de aprimoramento e desenvolvimento mas continua sendo apresentada em sua concepção primitiva, e de estrutura e superestrutura, metáforas ilustrativas tratadas como fundamentos absolutos, mesmo que usadas apenas uma vez por Marx e retrabalhadas por todo intelectual marxista desde o século XIX.

Contudo e apesar da crítica acerca de seus desconhecimentos do marxismo, Boltanski e Chiapello acertam ao diferenciar as críticas entre estética e social, pois nos permite compreender a dinâmica da crítica que assume papel central após 1968. Se até aquele momento as críticas andaram juntas, de um lado a transgressão em relação às opressões, e por outro a resistência frente ao avanço do capital, com seu ápice no maio de 1968, a partir desse momento há uma degradação da crítica social e uma supervalorização da crítica estética, agora reformada pelos teóricos franceses. O foco passa a ser a superação dos elementos de autoritarismo, das pequenas violências e manifestações de poder que se desenvolvem dentro do ambiente empresarial, as quais se juntavam a uma vontade de liberação moral, das mulheres, dos LGBTs, das pessoas com deficiência, que entram no âmbito da crítica com tremenda força.

Os sindicatos e principais partidos políticos não conseguiram acompanhar as inovações no âmbito da crítica, talvez até por ver sua incorporação pelo capital e não saber como lidar com as novas dinâmicas, mas também pela conjuntura política e sua atuação na implementação de políticas liberais, acabando por perder sua força. Viram sua capacidade de mobilização minguar paulatinamente, ainda mais quando optaram descentralizar as negociações, abrindo espaço para que acordos fossem feitos no âmbito das fábricas e de modo local, enfraquecendo a possibilidade de pressionar o patronato.

Algo similar ocorreu no Brasil, mas através de uma dinâmica completamente distinta.

No Brasil também houve um processo de arrefecimento da crítica, principalmente da chamada crítica radical, aquela que incorporava a crítica social e promovia um debate sobre os limites da institucionalidade liberal. O período que antecipou o golpe militar de 1964, ao menos desde 1950, foi um período extremamente fértil em termos de políticas sociais, movimentos sociais e políticos e fomento da crítica. As organizações estudantis estavam em alta, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e sua juventude haviam ganhado imensa notoriedade, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) passava a ser questionado por dissidências, como da Juventude Socialista (JS) e da Liga Socialista Independente (LSI), o próprio Partido Socialista Brasileiro (PSB) produzia suas dissidências congressuais. A União Nacional dos Estudantes (UNE) se expandia e o projeto da Universidade de Brasília (UNB), capitaneado por Darcy Ribeiro, produzia uma intelectualidade nova e atuante politicamente. Havia uma forte agitação intelectual, movimentada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), diversas obras eram lançadas para debater problemas nacionais, como aquelas publicadas pela Coleção Cadernos do Povo Brasileiro, novos movimentos sociais se expandiam, como o movimento por moradia nas capitais e as Ligas Camponesas, com a agitação de Francisco Julião e com uma ramificação surpreendente pelo meio rural, na luta pela reforma agrária. Os sindicatos finalmente podiam ser chamados como tal. A efervescência política e manifestação social impulsionam uma crítica viva que avançava a galopes.

Contudo ela arrefeceu, mas por forças externas: o Golpe Militar de 1964. A atuação das Forças Armadas foi silente e sob a doutrina de contrainsurgência extirpou dos movimentos suas lideranças políticas. Perseguição, sequestros e assassinatos, prisões ilegais, tortura, censura, queima de material escrito e de estudos realizados nas universidades, incêndio de casas, salas e prédios que serviam de local para a reunião das organizações. A caça às lideranças e aos intelectuais políticos foi absoluta. Acompanhada da eliminação física, houve também a eliminação teórica.

Todos esses processos violentos, acobertados por uma pretensa institucionalidade e uma legalidade artificial (Atos Institucionais) serviram a um duplo processo: a liquidação física da esquerda mais radical, os forçando ao exílio ou à morte, de um lado; e a submissão e incorporação dos demais, de outro. Curiosamente, as forças armadas estudaram os movimentos que enfrentavam, identificando por nível de periculosidade as lideranças e as ideias, daquelas com alto poder organizativo e agitativo, e aquelas que poderiam ser recebidas sem impactos reais.

Dessa forma, foi se consolidando a cisão da esquerda entre aqueles indivíduos que enfrentaram a contrarrevolução e foram derrotados (foram assassinados, fugiram ou se

esconderam na clandestinidade) e aqueles que capitularam, desistiram da radicalidade e foram incorporados às fileiras da oposição consentida, onde não se superou os limites absolutos de uma “transgressão resignada”. Ao movimento desse segundo grupo, James Petras (1995) nomeou como a “retirada dos intelectuais”.

Pois bem, essa retirada manteve o Brasil por longos anos isolados de uma crítica radical contra o sistema capitalista e contra sua expressão em questão, da ditadura. Por vinte e um anos a intelectualidade brasileira que escrevia desde o exterior, a maioria do Chile (até 1973) e do México, viu seus textos barrados, censurados e distorcidos, enquanto no interior do país a crítica se tornava cada vez mais intelectual e desprovida de relação com a prática política. Assim, quando por fim ocorreu a redemocratização, um processo inteiramente marcado por continuidades, a crítica radical estava enterrada e sem arraigo social.

Desprovida de uma história crescente de lutas sociais e de convívio com a crítica radical, a esquerda e o movimento popular se reuniu em torno da crítica estética, que naquele momento continha uma importância tremenda, pois representava o fim da ditadura e retorno a uma democracia. Entretanto, a democracia propalada era inteiramente formal e não continha seus ares sociais vistos no pré-ditadura, de modo que, quando a Constituinte foi chamada, pouco importou o fato dos congressistas da ditadura mantivessem suas cadeiras, ou mesmo que os partidos tenham alterado apenas o nome, enquanto a anistia escondia seus crimes.

Logo se assumiu um tom de vitória sobre o autoritarismo e se afastou a luta dos componentes de exploração que se expandiam e adquiriam novos matizes, incorporando-se tipos ideais para a explicação da conjuntura: passa-se a observar “traços populistas”, “aspectos neocoloniais” ou “intentos fascistas”, sem jamais explicá-los ou não os vinculando aos interesses que os agentes políticos possuem em sua imbricação com determinado processo produtivo, limitando-se à perspectiva da governabilidade e do personalismo e recaindo, também, no academicismo.

Os problemas eram enfrentados como elementos de gestão e toda alteração social era feita “em prol do desenvolvimento”. Essa perspectiva iria assumir ainda outro patamar com a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) que, se apresentando como representante popular, logo assumiu medidas neoliberais de arrocho sobre os direitos trabalhistas, expostas como terceira via. A Reforma Previdenciária de 2003, estabelecida através da PEC 40/41, seguia a agenda do FMI e do Banco Mundial, a Lei 11.101/2005, da Recuperação Judicial, limitava a cobrança dos créditos trabalhistas, uma série de propostas apresentadas pelo governo tentava flexibilizar a legislação para permitir Acordos Coletivos Especiais e aumentar o poder do negociado sobre o legislado.

Passava-se a entender os processos de flexibilização como tentativas de modernização da legislação trabalhista, argumento retomado para aprovar a Reforma Trabalhista de 2017, já no governo de Michel Temer. Como já demonstramos em escrito anterior (Xavier, 2020), o discurso se estabeleceu sobre uma urgência de aprovação do projeto, que contou com grande publicidade, realizada inclusive pelos meios teoricamente críticos, como jornais televisivos. Segundo contabilização realizada à época, canais como Record e Globo atuaram ativamente, sendo que o Jornal da Record e O Globo foram favoráveis à reforma em 100% e 88% de suas notícias, respectivamente, enquanto o Jornal Nacional apoiou as alterações em 77% das reportagens.

As mudanças: A estrutura flexível

Mas quais foram as transformações que afetaram as estruturas produtivas europeias e, posteriormente, foram transplantadas para o Brasil? Para nossos autores, elas se concentram em torno do conceito de cidade por projetos, um esquema em rede, no qual as empresas estabelecem um sistema flexível e reestruturado para uma dinâmica concorrencial muito mais fluída. Através de uma reengenharia do antigo sistema de organização, as empresas se despojaram de parte de suas atividades, estabelecendo uma especialização produtiva, enquanto terceirizaram todas as atividades complementares a empresas que, participando do mesmo grupo empresarial ou não, se mantêm à disposição das necessidades das empresas principais. Nas palavras dos autores, essa nova estrutura coloca “empresas *enxutas* a trabalharem *em rede* com uma multidão de participantes, uma organização do trabalho em equipe, ou *por projetos*, orientada para a satisfação do cliente, e uma mobilização geral dos trabalhadores graças às *visões* de seus líderes” (Boltanski e Chiapello, 2020, p. 102).

Tomando o exemplo de empresas japonesas, principalmente a Toyota (derivando daí o termo toyotismo), a empresa enxuta (*entreprise maigre* ou *lean production*) é reduzida e se direciona a atuar com produção *just-in-time* (na hora certa), diferenciando-se da tradicional superprodução. Não se mantêm estoques, se estabelece sistemas de controle de qualidade abrangentes e perpétuos, com processos de melhoramentos contínuos, equipes autônomas de produção, gestão automatizada e com administração do tempo das interações produtivas. As empresas passam a ser responsáveis por gerir a produção e não realizá-la efetivamente, articulando diversos fornecedores, empresas de serviços e distribuidores, terceirizando toda tarefa que seja passível disso, inclusive tarefas clássicas como de advocacia, gestão de marca, gestão de pessoal, contratação, e a informação passa a ser fonte de produtividade e lucro. De

fato, todas as necessidades da empresa são buscadas no grupo empresarial, ou melhor, na rede de empresas, constituindo o *outsourcing*, ou seja, o buscar fora da empresa.

Para se chegar a essa empresa reduzida, “sem adiposidades”, é necessário cortar diversas camadas hierárquicas, condensar funções e tarefas, aumentar a rede de colaboração por meio de alianças estratégicas e *joint ventures*, geralmente para a consecução de um ou mais projetos, bem delimitados e por prazo determinado. As atividades passam a sofrer uma preparação maior, mais calculada e com a indicação de variáveis e expectativas, pois não há tempo a perder. Dentro das empresas, os trabalhadores “devem ser organizados em pequenas equipes pluridisciplinares (pois elas são mais competentes, flexíveis, inventivas e autônomas do que as seções especializadas dos anos 60), cujo verdadeiro patrão é o cliente, tendo um coordenador, mas não um chefe” (Boltanski e Chiapello, 2020, p. 103).

Evidente que essa nova estrutura demanda também uma postura interna dos indivíduos que participam das empresas - os trabalhadores -, sejam eles simples operários ou os novos *managers* e *coachs*, duas funções que expressam bem a nova dinâmica. Enquanto o *manager* tem a função de gerenciar os diversos projetos e seus operadores, o *coach* atua na formação constante dos indivíduos para se aprimorarem na consecução das tarefas. A dinâmica, por óbvio, se altera, e a pressão das atividades acaba por ser imposta não pela velocidade da máquina, mas pelo prazo do projeto - a *deadline* -, e pela competição entre os indivíduos.

Com a substituição do modelo empresarial focado na hierarquia e na estrutura burocrática pelo modelo por projetos, de estrutura dinâmica, foi necessário requerer aos trabalhadores que abrissem mão das garantias de estabilidade e de avanço por tempo de trabalho, pois a norma agora é a valorização meritocrática, focada na capacidade de gestão de múltiplos projetos, de constante aprimoramento e no desenvolvimento de qualidades comunicativas. O objetivo é trocar a garantia de emprego pela ideia de empregabilidade, isto é, a capacidade do indivíduo de manter conexões e habilidades que lhe propiciem conseguir novos projetos, um atrás do outro, e assim se manter “no mercado”.

Tal perspectiva visa organizar um trabalho em vias de desorganização, mas o faz através de uma estrutura flexível que sacrifica os trabalhadores ao mercado, os deixando à mercê das flutuações da demanda. Por outro lado, essa massa de trabalhadores passa a ser procurada de acordo com essas flutuações, impondo novas formas contratuais que expressem essa fluidez, como os contratos intermitentes, temporários, de trabalho autônomo, por tempo parcial, etc.

As empresas passam a realizar o máximo de flexibilizações possível, tanto de forma interna, dentro da empresa, como de forma externa, voltada à rede e ao mercado. Sobre a

flexibilização interna, Boltanski e Chiapello citam os acordos quanto à jornada de trabalho, o estabelecimento de núcleos produtivos polivalentes e autogestores (grupos que realizam tarefas distintas toda vez, gestionam as próprias funções e ainda realizam o controle de qualidade sobre cada tarefa), o aumento da oferta de vagas de estágio e de aprendizado (que recebem salários muito mais baixos para as mesmas funções) e a contratação de trabalhadores autônomos para a realização de atividades tradicionais da empresa, expondo uma fraude da relação empregatícia. Em relação à flexibilização externa, chamam atenção as subcontratações, que é a contratação de empresas (ou mesmo trabalhadores autônomos) para realizar tarefas complementares e mesmo para atividades fim, por meio da compra de parcela das peças de fornecedores, ou outsourcing em geral. A flexibilidade externa costuma desvincular todo aquele núcleo de trabalhadores da empresa contratante, implicando em possibilidades de pagar muito menos pelas mesmas funções, sem correr o risco de qualquer organização, paralisação ou demanda por direitos.

A legalização desses novos contratos de trabalho, o que implicou na legalização e no incentivo às novas formas de trabalho, foi o objetivo - conquistado - da Reforma Trabalhista de 2017. Sob o argumento da modernização, os proponentes da reforma instituíram certos dispositivos, expandiram outros e de quebra tentaram esvaziar a justiça do trabalho, gerando condições impeditivas para a formação de uma lide, como a cobrança de honorários sucumbenciais da parte reclamante e a liberalização do acordo para descaracterizar o contrato de trabalho. Como eixo central, houve a legalização do contrato intermitente, do teletrabalho, a expansão do período considerado tempo parcial, a permissibilidade da contratação de autônomo e a desmobilização dos sindicatos (Xavier, 2020). O impacto geral foi a precarização do mercado de trabalho no Brasil, que não teve números crescentes de emprego, mas diminuiu as garantias de proteção e aumentou as possibilidades contratuais para se pagar menos que o salário mínimo.

Questão não indicada pelos nossos autores, é importante ressaltar o quanto convivem, principalmente no Brasil, as novas formas empresariais com as antigas. Apesar da reestruturação geral do conceito de empresa, as grandes fábricas ainda mantêm um formato taylorista, incorporando elementos das novas gestões toyotistas. É o que demonstra o trabalho de Ticiane L. Natale (2020), que registrou os anos em que trabalhou em uma empresa de cosméticos que se utilizava da organização flexível. Segundo a autora, nas empresas que se utilizam da *lean production*, reduzindo mão de obra, há sempre um núcleo mais qualificado que permanece, sendo superexplorado com a extensão da jornada de trabalho e com o aumento da intensidade. Tais trabalhadores, geralmente na função de gestão e controle de

qualidade, acabam sofrendo com a redução de pessoal, tendo que assumir diversas tarefas que antes eram realizadas por 5 ou mais empregados.

A polivalência acaba assumindo uma função dúbia no processo de produção. De um lado, são criados núcleos produtivos que atuam em setores diferentes da empresa a cada dia, núcleos esses que variam de integrantes nas diferentes jornadas. Essa fragmentação das atividades acaba por impor um distanciamento entre os trabalhadores, que além de não se reconhecerem nas atividades que realizam, também não conhecem os seus colegas de trabalho. Nunca há tempo suficiente para se manter qualquer relação que não a indiferença e a competição, reforçada pelo sistema de metas e compensações. Por outro lado, a polivalência torna cada trabalhador “mais abstrato, sem controle sobre seu trabalho, facilmente descartável, pois mais substituível. É dizer, isso o(a) torna mais explorado(a), com a intensificação e prolongamento do seu trabalho, ao mesmo tempo que o(a) torna mais inseguro(a) (sob o risco crescente de desemprego), pois a polivalência contribui para a redução e precarização de postos de trabalho” (NATALE, 2020, p. 181).

Ora, cada trabalhador tem um contrato diferente, um salário diferente e garantias diversas, suas relações com as atividades não seguem padrões e o contato com seus colegas é temerário, tornando o ambiente de trabalho um verdadeiro inferno. Soma-se a pressão da ameaça do desemprego e a constante elevação das metas, acelerando o ritmo pela entrega dos produtos, e obtêm-se um caldeirão de doenças psicossomáticas. As metas têm duas consequências imediatas, pois inicialmente incentivam a competição entre as linhas produtivas e mesmo entre os núcleos produtivos (somente o mais rentável ou produtivo ganha), e por forçar uma aceleração, aqueles operários que não conseguirem acompanhar o ritmo serão tratados com desprezo pelos seus companheiros, pois será o responsável pela derrota. Na verdade, sempre que há qualquer atraso na linha de produção por parte de um operário, a linha de produção inteira sente, tornando a velocidade algo essencial, mas com as novas ideias de gestão, a culpa é retirada da máquina e transpassada ao trabalhador, agora responsável por suas próprias capacidades e habilidades.

É importante ressaltar, contudo, o impacto da estrutura produtiva sobre os indivíduos e seu papel na imposição do novo espírito do capitalismo. Algo que Marx (2015) já falava em seus Manuscritos de Kreuznach, em 1844: a ideologia é uma força real e é mais forte quanto mais concreta. Isso significa que a expressão máxima da ideologia é justamente a existência de uma fábrica sob a cabeça dos trabalhadores e a necessidade do pagamento de um salário. A estrutura social, em sua materialidade, compõe a ideologia dominante, além das próprias ideias. Assim, “Se, por um lado, a ideologia neoliberal da reforma foi martelada na cabeça dos

trabalhadores, promovendo a sua aceitação e justificação plena, por outro, é somente na sua efetivação prática, quando a teoria toca a pele e a carne do trabalhador, que ela passa a dominar o ideário da classe. A sua repetição prática, no cotidiano do trabalhador, gera a sua incorporação como elemento natural da vida. Força, assim, a sua naturalização e universalização” (Xavier, 2020, p. 125).

A conjunção da ideia, da prática, e sua incorporação de acordo com a psicologia de cada indivíduo, forma a santíssima trindade capitalista: o espírito da nova administração na carne da precarização através da repetição diária da via sacra.

Conclusão

A repetição nos acompanhou no trajeto desse trabalho e nada mais justo que se repita para concluí-lo. Vimos que o novo espírito do capitalismo se utilizou da inovação, da crítica e do arrefecimento dos sindicatos e das forças políticas mais radicais para implementar uma estrutura de exploração que assume perspectivas mais flexíveis para terceirizar as perdas e potencializar os lucros. De uma administração empresarial que se integrava socialmente na vida dos seus trabalhadores para uma organização competitiva que delega para cada um as condições para a sobrevivência e as responsabilidades por sua empregabilidade, as inovações parecem cada vez mais naturais e necessárias. Entretanto, só aparecem assim pois a dinâmica imposta - e repetida cotidianamente - martela a ideia de ser a única opção, de ser o possível (para a economia, para a correlação de forças, para o bem dos trabalhadores). E a ausência da crítica corrobora; e a crítica mal feita não ataca; e a crítica incompleta - aquela que não é radical, que não vai à raiz dos problemas - acaba por ser incorporada.

No final de *O Homem Duplicado* (livro que iniciou nossas reflexões), Tertuliano Máximo Afonso recebe a ligação de um homem que alega ser outro duplo dele (o terceiro!), outra cópia de seu corpo, outra vida replicada. Mas na história de Saramago, Tertuliano se arma e decide pôr fim à repetição de sua história: seria possível que nosso Tertuliano, o protagonista que chamamos de classe trabalhadora, repetisse os passos do original, com o intuito de acabar com sua angústia precarizada? Como os próximos capítulos ainda não foram lançados, só é possível repetir a conclusão de Boltanski e Chiapello: estética ou social, o importante é criticar.

Referências

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O Novo Espírito do Capitalismo**. 2ª ed. WMF

Martins Fontes: São Paulo, 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 41, de 19 de Dezembro de 2003**. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f60071600f/09a5ea0ac23a884d83256e21005e5ae8?OpenDocument> Acesso em: 26 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.101, de 9 de Fevereiro de 2005**. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm Acesso em 26 abr. 2024.

DICKENS, Charles. **Um Conto de Natal**. L&PM Pocket: São Paulo, 2003.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. 5ª ed. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2010.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 23ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política: livro I: o processo de produção do capital**. 2ª ed. Boitempo: São Paulo, 2017.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NATALE, Ticiane Lorena. **Forma jurídica e organização produtiva flexível da força de trabalho**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

PETRAS, James. **Ensaio Contra a Ordem**. 1ª ed. Editora Scritta: São Paulo, 1995.

SARAMAGO, José. **Caim**. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.

SARAMAGO, José. **O Evangelho Segundo Jesus Cristo**. Companhia de Bolso: São Paulo, 2005.

SARAMAGO, José. **O Homem Duplicado**. Companhia das Letras: São Paulo, 2002.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 5ª ed. Pioneira: São Paulo, 1987.

XAVIER, Marlon de Oliveira. **Luta de Classes e Reforma Trabalhista: prospectos da ideologia neoliberal**. In.: HEINEN, Luana Renostro (Org). Estado e Direitos no Contexto de Neoliberalismo. Editora Habitus: Florianópolis, 2020.